

Dívida já ameaça a democracia

Brasil, Argentina, ^{Externa}Colômbia e México querem mudar situação

A abertura ao processo democrático no Brasil e na Argentina corre o risco de ser afetada se não houver uma mudança na política financeira e comercial internacional, que criou "um panorama sombrio para os nossos países e para a região", afirmaram os presidentes João Figueiredo e Raul Alfonsín.

Uma advertência sobre esse risco foi feita em conjunto pelos presidentes da Argentina, Brasil, Colômbia (Belisário Betancur) e México (Miguel de la Madrid), através de uma dura nota na qual garantem que não aceitarão "ser acuados a uma situação de insolvência forçada e de paralisação econômica prolongada".

REUNIÃO

Os quatro presidentes decidiram convocar uma reunião entre os chanceleres e os ministros da área financeira, "no mais breve prazo possível, para definir as iniciativas e ações com vistas a alcançar soluções satisfatórias para todos os países interessados". A reunião ainda não tem data marcada, mas provavelmente será em junho, depois que o presidente Figueiredo regressar da Ásia, e poderá se realizar na Argentina, país que tomou a iniciativa de unir os devedores, de acordo com a recente proposta feita em Brasília pelo chanceler argentino Dante Caputo.

A declaração dos presidentes foi divulgada ontem às 15h30min pelos governos dos quatro países, que fixaram uma posição comum em relação ao refinanciamento de suas dívidas externas. No Brasil, o anúncio foi feito pelo Itamarati, através do porta-voz Bernardo Pericás, que informou ter o ministro Ernane Galvão, da Fazenda (Delfim está no Japão), participado com o chanceler Saraiva Guerreiro dos entendimentos anteriores à decisão tomada pelo presidente Figueiredo.

CACIFE

Com isso, o presidente Figueiredo terá elevado o cacife do Brasil nas futuras negociações que ele mante-

rá a partir de quarta-feira no Japão, onde comparece depois da ação conjunta com a Argentina, Colômbia e México, também como representante desse grupo de países latino-americanos.

As pressões exercidas pelos devedores para mudar o sistema econômico e financeiro mundial em vista de sucessivos aumentos das taxas de juros e do crescente protecionismo dos países industrializados, têm a seu favor alguns fatos produzidos na área financeira internacional. Recentemente, o governo norte-americano teve de realizar uma operação de socorro a um dos maiores bancos do interior dos Estados Unidos, o Continental de Illinois, que tem entre os seus credores a Argentina e o Brasil. O fato demonstra que não será possível levar adiante por muito tempo a política financeira internacional. "Devem-se obter" — exigem os presidentes dos quatro países — "prazos de amortização e períodos de graça adequados, e redução das taxas de juros, margens, comissões e outros encargos financeiros".

DECLARAÇÃO

E a seguinte a nota conjunta dos presidentes:

"Os presidentes Raul Alfonsín, da Argentina, João Figueiredo, do Brasil, Belisário Betancur, da Colômbia, e Miguel de la Madrid, do México, manifestamos nossa preocupação com o fato de que as aspirações de desenvolvimento de nossos povos, o progresso das tendências democráticas na região e a segurança econômica de nosso continente estão seriamente afetados por fatores externos e fora do controle de nossos governos.

Verificamos que os sucessivos aumentos das taxas de juros, a perspectiva de novos aumentos e a proliferação e a intensidade das medidas protecionistas criaram um panorama sombrio para nossos países e para a região em seu conjunto.

Nossos países não podem aceitar indefinidamente es-

ses riscos. Temos expressado nossa firme determinação de superar os desequilíbrios e restabelecer as condições para a retomada do crescimento econômico e do processo de elevação do nível de vida de nossos povos.

Fomos os primeiros a demonstrar empenho em cumprir os compromissos financeiros em termos compatíveis com o interesse da comunidade internacional. Não aceitamos ser acuados a uma situação de insolvência forçada e de paralisação econômica prolongada.

Consideramos indispensável que se inicie, sem demora, um esforço concertado da comunidade internacional, com o objetivo de definir ações e medidas de cooperação que permitam resolver esses problemas, especialmente nos setores interligados do comércio e das finanças internacionais.

Em consequência, nós, os presidentes, propomos a adoção de medidas concretas para promover mudanças substantivas na política financeira e comercial internacional que ampliem as possibilidades de acesso dos produtos de nossos países aos mercados dos países desenvolvidos, representem um alívio substancial e efetivo do peso do endividamento e permitam assegurar a retomada dos fluxos de financiamento ao desenvolvimento. Em particular, devem-se obter prazos de amortização e períodos de graça adequados, a redução das taxas de juros, margens, comissões e outros encargos financeiros.

Em vista do exposto, convocamos uma reunião entre os chanceleres e os ministros responsáveis pela área financeira em nossos países, a realizar-se no mais breve prazo possível, reunião a qual serão convidados ministros de outros países latino-americanos, a fim de definir as iniciativas e meios de ação mais apropriados, com vistas a alcançar soluções satisfatórias para todos os países interessados".

Iniciativa é da Venezuela

O diário "Clarín", de Buenos Aires, disse ontem que a iniciativa de fazer a declaração conjunta partiu da Venezuela "país mais afetado, pois os credores lhe impuseram o rótulo de país "subpadrão", um tipo de castigo por sua reticência em negociar com o Fundo Monetário Internacional, só podendo agora obter créditos com altíssimas taxas de juros", e acrescenta que o Brasil manifestou "certa reticência em firmar uma declaração que considera demasiado dura".

O "Clarín" afirma também que o México e o Brasil são os países com maiores dívidas externas, mas que têm uma "relação especial com os Estados Unidos, que os consideram potências sub-regionais e mantêm neles grandes investimentos". Fontes do governo disseram que de qualquer maneira o objetivo é divulgar a declaração

este final de semana, "e, se possível hoje mesmo. Se isso não acontecer, poderemos desistir do projeto".

Segundo fontes diplomáticas argentinas, as negociações foram realizadas através de comunicações telefônicas e de telex e examinadas na noite de anteontem, na Casa Rosada, em reunião mantida pelo Presidente Raul Alfonsín com o Ministro da Economia, Bernardo Grinspun, com o assessor especial Raul Prebisch e com o presidente do Banco Central da Argentina, Enrique Vasquez.

As fontes assinalaram que a declaração dos quatro países da América Latina com as mais altas dívidas externas poderá constituir-se num pronunciamento latino-americano, cujos efeitos não seriam práticos, em termos imediatos, mas teriam impacto político para facilitar futuras negociações.